

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	19
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	24
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	38
5.2 Descrição dos controles internos	42
5.3 Programa de integridade	46
5.4 Alterações significativas	49
5.5 Outras informações relevantes	50

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Comentário dos Diretores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2022 foi caracterizado por incertezas econômicas e geopolíticas mundiais, com níveis de inflação e taxas de juros em patamares historicamente elevados. Gargalos e interrupções na cadeia de abastecimento continuaram impactando o setor ao longo do ano.

Mesmo diante deste cenário, a produção global de veículos leves, excluindo a China, segundo a consultoria IHS, apresentou um crescimento de 6,7% em 2022. A produção de veículos comerciais, também excluindo a China, segundo a consultoria LMC, apresentou um crescimento de 9,5% em 2022.

A receita operacional líquida cresceu 23,8% em 2022, atingindo R\$ 16,9 bilhões, um recorde de faturamento anual.

O EBITDA foi de R\$ 1.736,9 milhões, um crescimento de 1,0% em 2022, excluindo os efeitos não recorrentes nos anos de 2021 e 2022. O resultado líquido foi um lucro de R\$ 278,9 milhões em 2022.

A alavancagem financeira, medida pela relação do endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 2,26x em 2022, comparado com 2,33x em 2021.

O endividamento líquido em 2022 reduziu em 8,9% em relação a 2021 (ou R\$382,5 milhões), suportado pela geração de caixa operacional no ano. O índice de liquidez, mensurado pela liquidez total dividida pela dívida de curto prazo, terminou o ano em 2,7x, comparado com 0,7x em 2021.

A posição de caixa ao final de 2022 foi de R\$ 2.287,1 milhões comparado com R\$ 1.088,1 milhões ao final de 2021. Adicionalmente, a Companhia tem uma linha de crédito compromissada (*Revolver Credit Facility*) não sacada de R\$ 500,0 milhões que compõe a liquidez total mencionada no parágrafo anterior.

Abaixo são apresentados indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Ativo Circulante	7.886.325	6.847.514
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Corrente	1,65	1,33

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através da divisão matemática do ativo circulante pelo passivo circulante.

A melhora no índice de liquidez corrente no ano de 2022 está relacionada ao aumento do caixa e equivalentes de caixa e redução de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Ativo Circulante	7.886.325	6.847.514
(-) Estoques	2.702.075	3.196.694
Ativo Circulante – Estoques	5.184.250	3.650.820
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Seca	1,09	0,71

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

A melhora no índice de liquidez seca no ano de 2022 é relacionada ao aumento do caixa e equivalentes de caixa (incluindo uma redução dos estoques) e redução de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante.

Com a interrupção da cadeia de suprimentos após o início da pandemia da COVID-19, a Companhia se deparou com níveis mais elevados de estoques em função das paradas não programadas das montadoras. Dado a uma melhora nesse quadro de interrupção da cadeia de suprimentos, foi possível começar a diminuir os níveis de estoque, o que contribuiu para a melhora do índice de liquidez seca.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.287.054	1.088.114
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Imediata	0,48	0,21

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalentes de caixa pelo total do passivo circulante. Nesse sentido, no último exercício social, o caixa da Companhia não era suficiente para a liquidação de todas as obrigações de curto prazo da Companhia.

Vale ressaltar que, para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

Não obstante, o tema liquidez sempre foi uma questão de atenção pela Companhia, a qual tomou medidas, como, por exemplo, o aumento do caixa mantido pela empresa e o alongamento do perfil do endividamento, após o início da pandemia da COVID-19. Com isso, o seu endividamento de curto prazo reduziu de 26,8% ao final de 2021 para 16,0% ao final de 2022.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstram a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão do item “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Passivo Não Circulante	6.134.185	4.954.683
Total do Passivo	10.902.648	10.121.411
Patrimônio Líquido	4.292.808	4.398.119
Participação de Capital de Terceiros	2,54	2,30
Participação de Capital de Terceiros (%)	71,7%	70,0%
Participação de Capital Próprio (%)	39,4%	30,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ressaltamos que as variações constatadas no patrimônio líquido nos últimos anos estão relacionadas à variação cambial dos investimentos no exterior. O aumento do passivo em 2022 está relacionado ao crescimento do endividamento bruto da Companhia, porém vale salientar que tivemos um crescimento do nível de caixa neste período.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Dessa forma, é possível manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e continuar investindo em seus projetos de crescimento.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.287,1 milhões. O endividamento bruto consolidado em 31 de dezembro de 2022 atingiu R\$ 6.477,0 milhões, estando R\$ 1.043,6 milhões (16,1%) registrados no passivo circulante e R\$ 5.433,4 milhões (83,9%) no passivo não circulante.

A liquidez total (considerando as linhas de crédito rotativo) sobre a dívida de curto prazo foi de 2,67x ao final de 2022; uma melhora em relação ao índice de 0,73x ao final 2021. A melhora desse índice ocorreu pelo aumento da geração de caixa, contratação de linhas de crédito rotativo e alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazos. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item 2.1 “f.” abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado. Para a necessidade imediata de capital de giro, os Diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes e, quando necessário, a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que têm disponíveis, seja dos bancos de varejo como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários conforme as condições do mercado de capitais no Brasil e no exterior.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O quadro abaixo apresenta o montante total da dívida consolidada da Companhia de qualquer natureza, que é igual à somatória do total do passivo circulante e do total do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais):

Descrição ⁽¹⁾	2022	2021
Total do Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Total do Passivo Não Circulante	6.134.185	4.954.683
Montante Total da Dívida de qualquer natureza	10.902.648	10.121.411

(1) Valores em R\$ mil

Com base nas suas estratégias e no plano de negócios, a Companhia entende que possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazos, para a realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, seguem todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Indexador	Taxa anual de juros %	Última data de vencimento	Em 31 de dezembro de	
				2022	2021
Moeda nacional:					
Cédula de Crédito Bancário - CCB	CDI +	2,10	Fevereiro de 2024	100.414	218.436
Cédula de Crédito Bancário - CCB longo prazo	SELIC +	3,00	Dezembro de 2027	74.765	74.732
FINAME	SELIC +	3,04	Maio de 2028	286.411	254.792
FINEP	-	-	-	-	1.421
Nota de Crédito à Exportação - NCE	CDI +	2,08	Julho de 2024	451.839	271.619
Nota de Crédito à Exportação – NCE (swap)	CDI +	2,25	Março de 2024	239.844	-
Operações com Forfait	-	14,37	Janeiro de 2023	64.704	264.114
Subtotal moeda nacional				1.217.977	1.085.114
Moeda estrangeira:					
Empréstimo Longo Prazo - Dólar	SOFR 6m +	2,61	Novembro de 2024	121.056	190.337
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1y MCLR +	0,15	Janeiro de 2026	54.525	104.848
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1m MCLR +	0,15	Maio de 2025	13.158	18.765
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	3m TBill +	0,15	Abril de 2028	51.949	2.252
Empréstimo Sindicalizado – Euro	Euribor 3m+	3,00	Novembro de 2026	664.985	-
Sustainability-linked Notes Units - dólar norte-americano	-	5,00	Maio de 2028	308.622	328.728
Sustainability-linked Notes Units – Euro	-	3,50	Maio de 2028	1.750.060	1.863.522
Capital de Giro - Dólar	-	6,40	Abril de 2023	68.698	-
Capital de Giro - Dólar	SOFR 6m +	2,60	Setembro de 2024	90.254	95.433
Capital de Giro - Dólar	-	-	-	-	83.790
Operações com Forfait - Dolar	-	6,87	Janeiro de 2023	84.897	-
Capital de Giro - Euro	-	2,73	Janeiro de 2027	49.011	70.540
Capital de Giro - Euro	Euribor 1m+	1,70	Julho de 2023	110.692	124.596
Capital de Giro - Euro	Euribor 3m+	2,10	Junho de 2025	89.210	152.394
Capital de Giro - Euro	Euribor 1y+	2,70	Setembro de 2024	112.962	-
Capital de Giro - Rúpia	-	6,70	Março de 2023	15.601	42.875
Capital de Giro - Rúpia	1m MCLR +	0,15	Janeiro de 2023	14.276	11.482
Capital de Giro - Bath	-	3,20	Fevereiro de 2023	67.825	107.294
Subtotal moeda estrangeira				3.667.781	3.196.856
Total empréstimos e financiamentos				4.885.758	4.281.970
Debêntures - ICVM nr. 476	-	-	-	-	453.058
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,75	Fevereiro de 2024	352.168	339.112
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,95	Fevereiro de 2026	114.088	110.020
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,75	Setembro de 2024	357.755	348.050
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,00	Abril de 2025	357.534	-
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,60	Abril de 2027	409.685	-
Total debêntures				1.591.230	1.250.240
Total empréstimos, financiamentos e debêntures				6.476.988	5.532.210
Passivo circulante:				1.065.091	1.510.193
Custos a amortizar				(21.480)	(28.412)
Total				1.043.611	1.481.781
Passivo não circulante:				5.487.111	4.119.033
Custos a amortizar				(53.734)	(68.604)
Total				5.433.377	4.050.429

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Notes Units – USD e Euro

Em 07 de maio de 2021, foram emitidos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (“*Sustainability-Linked Notes Units*”), no montante de principal agregado de US\$400,0 milhões, sendo US\$340,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada lochpe-Maxion Austria GmbH e US\$60,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Maxion Wheels de Mexico, S. R.L. de C.V.. As *Notes Units* foram emitidas com desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 07 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$. As *Sustainability-Linked Notes Units* são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. Como medida de proteção de risco cambial, a subsidiária lochpe-Maxion Austria GmbH, a qual possui moeda funcional em Euro, contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap (swap)*, usando os mesmos termos críticos das *Senior Notes*, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro e taxa de juros de 5% a.a para 3,49%a.a.

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) nona emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas em duas séries; (ii) décima emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; e (iii) décima primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas em duas séries. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizadas em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão ¹	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Principal em 31/12/22 ¹
9ª emissão	Simples Série 1	338.800	11/02/2019	11/02/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	338.800
9ª emissão	Simples Série 2	111.200	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,95% a.a.	111.200
10ª emissão	Simples	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	350.000
11ª emissão	Simples	350.000	15/04/2022	16/04/2025	100% CDI + 2,00% a.a.	350.000
11ª emissão	Simples	400.000	15/04/2022	16/04/2027	100% CDI + 2,60% a.a.	400.000

¹ Valores em milhares de reais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nota de Crédito à Exportação – Reais

Em 2021, a Companhia captou R\$270,0 milhões com os bancos ABC Brasil, Bocom, Santander e Votorantim, com vencimentos entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023.

Em 2022, a Companhia liquidou R\$135,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação e captou R\$300,0 milhões com os bancos Bradesco, Banco do Brasil e Intesa Sanpaolo.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$451,8 milhões.

Nota de Crédito à Exportação – Swap

Em março de 2022, a Companhia firmou dois contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE) denominados em dólar norte-americano no valor total de US\$45,0 milhões (equivalentes a R\$214,4 milhões), sendo um a taxa de juros fixa de 4,95% a.a. e o outro indexado a SOFR + 1,76% a.a., ambos com vencimento para março de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$239,8 milhões.

Capital de Giro – Reais

Do saldo principal remanescente em 2021, R\$117,0 milhões foi liquidado em maio de 2022 e o saldo principal de R\$100,0 milhões em fevereiro de 2022 foi renovado com vencimento para fevereiro de 2024.

Operações com *Forfait* – Reais

Foram contratadas operações com *forfait*, a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2023.

Empréstimo de Longo Prazo – USD

Em setembro de 2017, a controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. contratou financiamento de longo prazo com o Itaú BBA International PLC, no valor de principal de USD 90,9 milhões, com vencimento final em setembro de 2022, cujos recursos foram destinados para pré-pagar o saldo remanescente do financiamento originalmente contratado em 2012, no montante de principal de US\$200,0 milhões, pela Maxion Componentes Estructurales de México, S.A. de C.V. (sucida pela Ingeniería y Maquinaria

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de Guadalupe, S.A. de C.V.). Em novembro de 2019, o saldo remanescente de principal, então no montante de US\$61,0 milhões, foi refinanciado com o objetivo de alongar o prazo e reduzir a taxa de juros, passando seu vencimento final para novembro de 2024 e sua taxa de juros para 2,20% a.a. + Libor (de 6 meses).

Em 17 de agosto de 2022, devido à previsão da extinção da LIBOR 6M, prevista para ocorrer em 30 de junho de 2023, a Companhia aditou o referido contrato, por meio do qual, a partir de 29 de novembro de 2022, o índice Libor 6M + 2,20% a.a. será substituído pela SOFR 6M + 2,61%a.a., taxas estas que eram equivalentes na data do aditamento. Ainda, foi extinta a garantia sobre as ações representativas do capital social da devedora Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., bem como foi retirada a obrigação da Companhia de manter um determinado índice financeiro previsto no contrato, cuja última medição ocorreu em 30 de junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R\$121,1 milhões e o saldo remanescente do principal de US\$24,4 milhões.

Capital De Giro – Euro

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em Euros, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Em dezembro de 2021, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito no montante de €20,0 milhões, na qual foi sacada integralmente em fevereiro de 2022 com vencimento para fevereiro de 2023. Em 9 de agosto de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para agosto de 2024. E, em 22 de setembro de 2022, foi prorrogado para setembro de 2024. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia.

Em fevereiro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito compromissada no montante de €25,0 milhões com vencimento para abril de 2023. Em 30 de setembro de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para junho de 2025. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia.

Capital de Giro – Dólar

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em dólares, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Esses contratos de financiamento somam US\$30,0 milhões e foram celebrados com a Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$159,0 milhões. Tais financiamentos contam com garantia fidejussória da Companhia.

Operações com *Forfait* – Dólar

Foram contratadas operações com *forfait* através da controlada Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., no valor de US\$16,3 milhões a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2023.

Empréstimo Sindicalizado – EUR

Em novembro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo sindicalizado no valor nominal de €120,0 milhões, com dois anos de carência, com vencimento em três parcelas anuais, sendo o vencimento da última parcela em novembro de 2026. Esses recursos foram trazidos para o Brasil através de redução de capital e utilizados para liquidar dívidas de curto prazo em Reais. Tal empréstimo é garantido, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$665,0 milhões.

Empréstimo de Longo Prazo e Capital de Giro - INR

Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rúpia com taxa de MCLR ("*Marginal Cost of Funds Based Lending Rate*") + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$83,4 milhões. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.

Entre abril e junho de 2022, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo em rúpia no valor de INR 800 milhões com taxa de 3M T BILL ("*3 Month Treasury Bill Rate*") + 3,22% a.a.. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$50,5 milhões.

FINAME

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$245,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Esta linha de crédito foi integralmente sacada entre abril e maio de 2021.

Empréstimo de Longo Prazo – BDMG

Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário – CCB, com garantia real, no valor de R\$75,0 milhões, em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Essa linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Em abril de 2021, essa linha de crédito foi integralmente sacada.

Capital de Giro – Reais

Entre março e junho de 2020, a Companhia captou R\$432,0 milhões por meio de Cédulas de Crédito Bancário, para reforçar o caixa da Companhia, a fim de enfrentar as consequências da pandemia da COVID-19. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 era de R\$100,0 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, a Companhia não manteve quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras no último exercício social.

Sem prejuízo do acima disposto, a Companhia informa que, em fevereiro de 2021, celebrou também contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no montante de principal de R\$ 620,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Essa nova linha possui dois anos de carência e sete anos para pagamento. Até o presente momento, essa linha de crédito não foi sacada e possui prazo máximo de saque em fevereiro de 2024.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total da dívida de qualquer natureza (definida como o total do passivo circulante somado ao total do passivo não circulante consolidado da Companhia) não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação decorrente das garantias reais prestadas no âmbito dos empréstimos de longo prazo contratados perante o BDMG e a FINAME, em 2020 e 2021, respectivamente, mencionados no item 2.1 “f.(i)” acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures, que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos, tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia, (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia; e (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A nona e a décima emissões públicas de debêntures da Companhia contêm a obrigação da Companhia de manter índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual ou inferior a 3,50 vezes, calculado semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano durante a vigência das debêntures.

A décima primeira emissão pública de debêntures da Companhia contém a obrigação de a Companhia não incorrer em novas dívidas (com exceção de Dívidas Permitidas, conforme definido na escritura de emissão), ou realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Os empréstimos de longo prazo perante o BDMG e a FINAME, contratados em 2020 e 2021, respectivamente, também contêm restrições à Companhia, usuais a esse tipo de operação, dentre elas: (i) restrição a concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos, incluindo, mas não limitado a, emissões de debêntures e partes beneficiárias e a assunção de novas dívidas para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia; (ii) restrição a alienação e oneração de bens do ativo circulante da Companhia, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos; e (iii) obrigação de manter o índice de endividamento financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurado anualmente a partir do término do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive, e em exercícios posteriores até o fim da vigência dos contratos, ou alternativamente, na hipótese de não atingimento do referido índice de endividamento financeiro, constituir no prazo de 60 dias, contado da data de comunicação, por escrito, à FINAME ou ao BDMG (conforme o caso), fiança a ser formalizada mediante cartas de fiança, prestadas por instituições financeiras, conforme detalhado nos referidos empréstimos de longo prazo.

As *Sustainability-Linked Notes Units* emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas à realização de certas operações até sua efetiva liquidação, especialmente quando a relação entre a dívida líquida ajustada (conforme definida no respectivo instrumento) e o EBITDA ajustado (conforme definido no respectivo instrumento) dos últimos doze meses for maior ou igual (i) a 4,50 vezes até 7 de maio de 2023, e (ii) a 3,50 vezes após esta data.

Outros contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando a, limite de venda de ativos, restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros e restrição a determinadas reorganizações societárias.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas condições e restrições.

Por fim, estão descritos abaixo os empréstimos e financiamentos relevantes (acima de 10% do endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado:

- 3 instrumentos de debêntures, totalizando R\$1.591,2 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022;
- 1 instrumento de *Sustainability-Linked Notes Units*, totalizando R\$2.058,7 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022; e
- 1 empréstimo sindicalizado, totalizando R\$665,0 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022.

A relação acima representa aproximadamente 66,6% do endividamento bruto da Companhia reportado em 31 de dezembro de 2022.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, em relação (i) à operação de longo prazo – FINAME mencionada no item 2.1 “f.ii”, no valor de R\$ 620,0 milhões, encontra-se disponível 100%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

do referido montante para saque, e (ii) às linhas de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) contratadas entre maio e junho de 2022, no valor de R\$ 500 milhões, com vencimento em três anos, estas estão 100% disponíveis para saque. Quanto aos demais financiamentos contratados nesta data, estes encontram-se 100% utilizados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Consolidado				
	2022	<i>Análise vertical</i>	2021	<i>Análise vertical</i>	<i>Variação 2022/2021</i>
Receita Líquida de Vendas	16.947.869	100,0%	13.688.367	100,0%	23,8%
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(15.139.227)	-89,3%	(11.984.244)	-87,6%	26,3%
Lucro Bruto	1.808.642	10,7%	1.704.123	12,4%	6,1%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	(96.095)	-0,6%	(78.486)	-0,6%	22,4%
Gerais e administrativas	(627.523)	-3,7%	(643.946)	-4,7%	-2,6%
Honorários da administração	(18.971)	-0,1%	(18.397)	-0,1%	3,1%
Resultado de equivalência patrimonial	30.445	0,2%	33.879	0,2%	-10,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	149.186	0,9%	284.312	2,1%	n.m.
Lucro Operacional antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.245.684	7,4%	1.281.485	9,4%	-2,8%
Receitas financeiras	114.455	0,7%	97.853	0,7%	17,0%
Despesas financeiras	(713.353)	-4,2%	(389.416)	-2,8%	83,2%
Variação cambial, líquida	(18.766)	-0,1%	(33.054)	-0,2%	-43,2%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	628.020	3,7%	956.868	7,0%	-34,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	(284.028)	-1,7%	(355.355)	-2,6%	-20,1%
Diferidos	60.180	0,4%	25.425	0,2%	136,7%
Lucro Líquido do Exercício	404.172	2,4%	626.938	4,6%	-35,5%
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	278.933	1,6%	537.221	3,9%	-48,1%
Acionistas não controladores	125.239	0,7%	89.717	0,7%	39,6%

Receita Líquida de Vendas

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$16.947,9 milhões em 2022, um aumento de 23,8% em relação a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aumento da receita operacional líquida deve-se principalmente pela recuperação dos volumes de produção, mesmo diante de um cenário ainda restritivo de abastecimento de componentes e pelo aumento de preços, em função da escalada dos custos das matérias-primas e outros insumos. Por outro lado, a variação cambial impactou de forma negativa a receita operacional da Companhia em R\$1.345,0 milhões em 2022.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$15.139,2 milhões em 2022, um aumento de 26,3% em relação a 2021.

Esse aumento deve-se principalmente ao aumento dos preços das matérias primas e demais insumos, ao maior volume de produção e as paradas de produção não programadas que trazem ineficiência ao processo produtivo.

Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$1.808,6 milhões em 2022, um aumento de 6,1% em relação a 2021.

A recuperação dos volumes de produção e o aumento de preços são os principais fatores que explicam o crescimento do lucro bruto.

Outras receitas (Despesas) Operacionais

Resultado positivo de R\$149,2 milhões em 2022, uma redução em relação ao valor positivo de R\$284,3 milhões no ano anterior.

Essa redução deve-se principalmente aos efeitos não recorrentes positivos ocorridos em 2021, sendo o reconhecimento do ganho da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins no valor de R\$220,6 milhões e reconhecimento do êxito obtido por controlada no México em processo visando à reclassificação do adicional de risco de acidentes de trabalho aplicável à sua operação, o que resultou em um ganho de R\$37,2 milhões. Em relação ao ano de 2022, os principais efeitos não recorrentes foram um ganho de R\$100,8 milhões com reembolso de seguros e um ganho R\$61,7 milhões com o reconhecimento da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$617,7 milhões em 2022, um aumento de 90,3% em relação a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aumento do resultado financeiro é relacionado ao aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior e ao acordo na esfera administrativa com as autoridades fiscais mexicanas. O acordo impactou de forma negativa a linha de despesas financeiras em R\$97,7 milhões.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido consolidado da Companhia, ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foi um lucro de R\$404,2 milhões (sendo R\$278,9 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$125,2 milhões aos acionistas não controladores), uma redução de 35,5% em relação ao lucro líquido consolidado da Companhia de R\$626,9 milhões (sendo R\$537,2 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$89,7 milhões aos acionistas não controladores) em 2021.

A redução do resultado líquido atribuído aos acionistas controladores, deve-se principalmente ao pagamento e provisionamento referente ao acordo na esfera administrativa com as autoridades fiscais mexicanas no valor total de R\$ 181,8 milhões.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao fluxo de caixa consolidado da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Consolidado		Var.
	2022	2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	404.172	626.938	-35,5%
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	491.231	559.848	-12,3%
Imposto de renda e contribuição social	223.848	329.930	-32,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(30.445)	(33.879)	-10,1%
Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	561.952	359.260	56,4%
Exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins	(83.518)	(292.772)	-71,5%
Outros ajustes	116.752	54.504	114,2%
Redução (aumento) no ativo:			
Contas a receber de clientes	(452.091)	(284.862)	58,7%
Estoque	239.939	(1.423.636)	-116,9%
Outros créditos e demais contas	(21.594)	(355.719)	-93,9%
Aumento (redução) no passivo:			
Fornecedores	973.934	1.857.794	-47,6%
Obrigação de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(39.993)	(47.837)	-16,4%
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(18.080)	(20.414)	-11,4%
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	63.058	186.573	-66,2%
Outras obrigações e demais contas	139.518	(8.110)	n.m.
	2.568.683	1.507.618	70,4%
Pagamentos de juros	(443.211)	(282.440)	56,9%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(254.735)	(205.619)	23,9%
	(697.946)	(488.059)	43,0%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	1.870.737	1.019.559	83,5%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(485.773)	(470.320)	3,3%
Aquisição de ativos intangíveis	(2.873)	(14.722)	-80,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(488.646)	(485.042)	0,7%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações	3.790.617	3.741.463	1,3%
Amortizações	(2.653.949)	(3.579.376)	-25,9%
Amortizações Forfait	(911.532)	(1.093.253)	-16,6%
Capitalização de custos com empréstimos	(14.990)	(82.686)	-81,9%
Pagamento de dividendos propostos e adicionais	(200.870)	-	n.m.
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(34.663)	(165.641)	-79,1%
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(12.554)	-	n.m.
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	(37.941)	(1.179.493)	-96,8%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.344.150	(644.976)	n.m.
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(153.138)	127.651	-220,0%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.088.114	1.605.439	-32,2%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.287.054	1.088.114	110,2%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.198.940	(517.325)	n.m.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contas a receber de clientes

O valor de contas a receber de clientes no exercício social findo em 2022 foi de R\$452,1 milhões, um aumento de 58,7% em relação ao valor de R\$284,8 milhões no exercício social findo em 2021.

Esse aumento é relacionado ao aumento de vendas e ao valor médio dos produtos, relacionado ao maior mix de vendas no segmento de veículos comerciais e ao aumento do custo de matéria prima.

Estoques

Os estoques no exercício social findo em 2022 foi um valor positivo de R\$239,9 milhões, uma melhora em relação ao valor negativo de R\$1.423,6 milhões no exercício social findo em 2021.

Este movimento é explicado pela redução no nível dos estoques em 2022, devido a uma melhora no quadro de interrupção da cadeia de suprimentos de forma geral.

Fornecedores e *Forfait*

A administração aprimorou sua divulgação acerca da classificação de suas operações de *forfait* nas demonstrações dos fluxos de caixa, sendo os pagamentos efetuados às instituições financeiras reclassificados para atividades de financiamento. Essa revisão não afetou os valores do balanço patrimonial e nem das demonstrações de resultados.

A linha de fornecedores no exercício social findo em 2022 foi um valor de R\$973,9 milhões, uma redução em relação ao positivo de R\$1.857,8 milhões em 2021. Considerando os pagamentos efetuados reclassificados para atividades de financiamento, a linha de fornecedor teria apresentado um valor de R\$62,4 milhões em 2022 contra um valor de R\$764,5 milhões em 2021.

Pagamentos de juros

Pagamento de juros de R\$443,2 milhões no exercício social findo em 2022, um aumento de 56,9% em relação ao valor de R\$282,4 milhões no exercício social findo em 2021.

O aumento do custo com pagamento de juros é relacionado, principalmente, ao aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Comentários dos Diretores

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Cem por cento (100%) da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

No segmento automotivo, as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2022, a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$12.309,0 milhões, o que representa 72,6% da receita operacional líquida consolidada da Companhia, um aumento de 18,0% em relação ao ano anterior. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$4.638,8 milhões, ou 27,4% da receita líquida consolidada, um aumento de 42,5% em relação a 2021.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo:

Receita Operacional Líquida *	2022		2021	
Rodas	12.309.053	72,6%	10.433.532	76,2%
Componentes Estruturais	4.638.816	27,4%	3.254.835	23,8%
Total	16.947.869	100,0%	13.688.367	100,0%

* Valores em R\$ mil

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As margens operacionais da Companhia, em 2022, foram impactadas de forma negativa, principalmente no segundo semestre de 2022, pela defasagem entre o custo do estoque de matéria-prima com os preços de venda, pela menor eficiência operacional devido às paradas de produção não programadas pelos clientes e os impactos da inflação em todas as regiões, principalmente os custos de energia na Europa.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Vale salientar que os principais impactos negativos que recaíram sobre os resultados, principalmente na segunda metade de 2022, são de caráter temporário e transitório e não estruturais. A defasagem entre o custo do estoque da matéria-prima com os preços de venda ocorre quando existem alterações relevantes nos preços dos insumos. As paradas de produção ocorreram em função da restrição da oferta de semicondutores, situação que apresenta melhora gradual e sequencial. Os níveis de inflação e os custos de energia na Europa já começaram a apresentar um arrefecimento.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O crescimento da receita deve-se principalmente a recuperação dos volumes e aumento de preços. Por outro lado, a variação cambial impactou de forma negativa a receita operacional da Companhia em R\$1.345,0 milhões em 2022.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O ano de 2022 foi marcado pela recuperação de volumes e aumento de preços, em função da escalada dos custos de matérias-primas e outros insumos. Esses foram os principais fatores que explicam o crescimento de 23,8% da receita operacional líquida e de 26,3% dos custos dos produtos vendidos.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$617,6 milhões, um aumento de 90,3% em relação a 2021. Esse resultado é explicado principalmente pelo aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior e a um acordo judicial com autoridades mexicanas que impactou de forma negativa a linha de despesas financeiras em R\$98,2 milhões.

	2022	2021
Receitas Financeiras	114.455	97.853
Despesas Financeiras	(713.353)	(389.416)
Variação Cambial Líquida	(18.766)	(33.054)
Resultado Financeiro	(617.664)	(324.617)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2022, mas tão somente a adoção de normas novas ou revisadas sem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente (Ernst & Young) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRSs, emitidas pelo IASB.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social de 2022, mas apenas reorganizações societárias de suas controladas de maneira a criar uma estrutura mais horizontal e menos complexa do ponto de vista legal, simplificando o fluxo de caixa entre as subsidiárias.

As transações foram realizadas entre controladas do mesmo grupo econômico e todas as investidas indiretas antes e depois da reorganização continuaram sob controle comum da Companhia. Tais transações sob controle comum não produziram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que foram mantidos os valores contábeis dos investimentos.

Como parte de um plano estratégico de longo prazo, com possibilidade futura de aporte de capital prevista em contrato, a Companhia, em parceria com a *Autotech Ventures Management III, LLC*, tornou-se membro de um fundo privado de venture capital sediado nos Estados Unidos, que reúne investimentos em startups promissoras do setor automotivo e do ramo de transporte terrestre, ao qual a Companhia poderá ter acesso a programas de pesquisa e desenvolvimento, além de prioridade na aquisição de quotas e ações em futuras aberturas de capital dessas empresas. A participação no fundo tem caráter estratégico para os negócios da Companhia, com duração mínima de dez anos, iniciando no exercício de 2022. O capital total comprometido com o fundo é de US\$5,5 milhões, sendo o primeiro aporte realizado em 5 de janeiro de 2022 no valor de US\$385 mil e o segundo em 18 de novembro de 2022 no valor de US\$165 mil totalizando US\$550 mil já desembolsados. Trata-se por ora de um investimento financeiro registrado como “Outros créditos” no ativo não circulante.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenha causado ou venha a ocasionar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medida de desempenho operacional da Companhia ou alternativa aos fluxos de caixa ou como medida de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos e depreciação.

O EBITDA da Companhia apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 totalizou os montantes de R\$1.736,9 milhões e R\$1.841,3 milhões, respectivamente. O EBITDA em relação às receitas líquidas foi de 10,2% e 13,5%, respectivamente.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

O índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre (A) a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos pela Companhia e suas controladas, subtraído do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, mais instrumentos financeiros derivativos, e (B) o valor do EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2.5 Medições não contábeis

Os índices Endividamento Bancário Líquido / EBITDA da Companhia apurados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram 2,26x em 2022 e 2,33x em 2021.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

Reconciliação do EBITDA – R\$ mil	2022	2021
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores	278.933	537.221
Lucro Líquido Atribuído aos não Controladores	125.239	89.717
Imp. de Renda / Contrib. Social	223.848	329.930
Resultado Financeiro	617.664	324.617
Depreciação / Amortização	491.231	559.848
EBITDA	1.736.915	1.841.333

Índice de Endividamento

O índice de endividamento é calculado pela soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros do passivo circulante e não circulante, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativo circulante e não circulante, dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

R\$-mil	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.043.611	1.481.781
Instrumentos financeiros	16.250	0
Total Passivo Circulante	1.059.861	1.481.781
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.433.377	4.050.429
Instrumentos Financeiros	1.591	0
Total passivo Não Circulante	5.434.968	4.050.429
Caixa e equivalente de caixa	2.287.054	1.088.114
Instrumentos Financeiros	32.079	31.949
Total Ativo Circulante	2.319.133	1.120.063
Instrumentos Financeiros	258.780	112.730
Total Ativo Não Circulante	258.780	112.730
EBITDA	1.736.915	1.841.333
Endividamento	2,26	2,33

2.5 Medições não contábeis

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia considera o EBITDA, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que, com determinadas limitações.

Índice de Endividamento

A Companhia considera o Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu endividamento e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que com determinadas limitações.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 20 de janeiro de 2023, as controladas indianas da Companhia celebraram contratos de subscrição de ações e de compra de energia solar, entre outros, visando a uma parceria com a Vibrant Energy Holdings Private Limited, por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Akamu Solar Energy Private Limited, que atuará exclusivamente na geração e fornecimento de energia limpa e renovável para as referidas controladas da Companhia na Índia. A Companhia deterá aproximadamente 37,9% do capital social da SPE, mas sem exercer influência significativa. Dessa maneira, tal investimento será mensurado a valor justo no escopo do IFRS 9.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento dos Recursos Extraordinários (RE) 949.297 e 955.227, com repercussão geral reconhecida através dos Temas 881 e 885 respectivamente, decidiu pela prevalência da decisão do STF com eficácia geral sobre decisões individuais transitadas em julgado que versem sobre tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrente da referida decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.

Em 16 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou um programa de recompra de ações de emissão da Companhia com o objetivo de mitigar possível impacto decorrente de suas obrigações derivadas do Plano de Incentivo de Longo Prazo, o qual prevê a possibilidade de outorga, pela Companhia, de prêmio pecuniário a determinados diretores e outros executivos, referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia. O programa prevê adquirir até 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações de emissão própria, as quais, juntamente com as ações já mantidas em tesouraria, representariam 2,62% das ações em circulação. A liquidação das operações encerra-se em 16 de agosto de 2023, com observância dos limites estabelecidos no programa e na regulamentação aplicável. Até a data de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 367.700 ações já haviam sido recompradas.

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$620 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta linha de crédito também possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência e estava disponível até fevereiro de 2023. Em janeiro de 2023, essa linha de crédito teve seu prazo de disponibilidade postergado para fevereiro de 2024. Até a data de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 esta linha de crédito não havia sido sacada.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Entre 1 de janeiro de 2023 até a data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia captou empréstimos e financiamentos, sem garantia e sem *covenants* financeiros, no valor total de R\$603,8 milhões que serão integralmente utilizados para o reperfilamento dos passivos financeiros e/ou para o seu reforço de caixa. Na controladora, essas captações somam R\$500,0 milhões e possuem prazos de vencimento entre 12 meses e 24 meses. Ademais, a sua controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. captou empréstimo no valor de US\$20 milhões com prazo de vencimento de 12 meses.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas para divulgação e emissão pela Diretoria em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 20 de março de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além de determinar que 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja destinado para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, prevê ainda a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro, limitada, em conjunto com a Reserva Legal, ao valor do capital social. A referida Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, prevê que parte do lucro líquido do exercício poderá ser retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral. Atualmente, não existe orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Os valores das retenções de lucros do último exercício social estão descritos abaixo:

R\$ mil	2022
Reserva legal	14.219
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5,0%
Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro	164.945
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,0%

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, determina que serão distribuídos a título de dividendo obrigatório 37% do lucro líquido do exercício. O referido Estatuto Social prevê ainda que poderá ser distribuído como dividendo complementar a parcela restante do lucro líquido do exercício social que não houver sido

2.7 Destinação de resultados

destinada à Reserva Legal, à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro ou retida na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (se houver).

Adicionalmente, o referido Estatuto Social permite ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de março de 2023, mesma data da divulgação das demonstrações financeiras, os acionistas aprovaram a ratificação da distribuição de proventos por meio de juros sobre o capital próprio (líquidos de impostos) proposta em reuniões anteriores realizadas em 29 de junho de 2022 e 28 de setembro de 2022, nos valores de R\$ 32.466 mil e R\$ 27.234 mil, respectivamente, além de aprovar a distribuição adicional de dividendos no valor de R\$ 45.524 mil, totalizando R\$ 105.223 mil de proventos a serem distribuídos referentes aos resultados do exercício de 2022.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

A Companhia celebrou contratos que estabelecem restrições à distribuição de dividendos, conforme abaixo detalhado.

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de nona, décima e décima primeira emissões. As escrituras de debêntures preveem como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

A décima primeira emissão pública de debêntures da Companhia contém, ainda, a obrigação de a Companhia não realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro

2.7 Destinação de resultados

resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Em relação aos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (*"Sustainability-Linked Notes Units"*), emitidos pelas controladas da Companhia Iochpe-Maxion Áustria GmbH e Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação societária aplicável, está sujeita ao cumprimento pela Companhia do índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) constante do respectivo instrumento de dívida e demais limitações nele previstas.

Por fim, outros contratos de empréstimos da Companhia, incluindo o empréstimo sindicalizado, em Euros, celebrado pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH, no valor nominal de €120,0 milhões, descrito em detalhes no item 2.1 "f.(i)", prevê como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração aprovou, em 25 de setembro de 2019, a política de destinação de resultados da Companhia. A política pode ser encontrada no website da Companhia e da CVM.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Este item 2.9 não se aplica, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2022 totalizaram R\$592,0 milhões e foram relacionados ao aumento de capacidade para atendimento da demanda do segmento de veículos comerciais, lançamento de novos produtos e melhoria da produtividade. Para esses investimentos a Companhia utilizou fontes de recursos próprio (caixa), bem como linhas de crédito de diferentes bancos comerciais e bancos de fomento.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2022 não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Nesse sentido destacamos alguns projetos que já são de conhecimento público, como:

- Desenvolvimento de um suporte de bateria para um ônibus elétrico;
- Parceria com uma empresa Israelense que está trabalhando no desenvolvimento de um veículo elétrico;

2.10 Planos de negócios

- Parceria com uma empresa produtora de alumínio para o desenvolvimento de soluções para o mercado automotivo (componentes estruturais); e
- Investimento em um fundo de *venture capital* focado no desenvolvimento de novas *startups* e pesquisas no segmento automotivo com foco em conectividade, veículos autônomos, veículos compartilhados, eletrificação e digitalização.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante gasto em pesquisas e desenvolvimento, ao longo de 2022, foi de R\$166,5 milhões.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados foram mencionados no item 2.10 “(c).(i)” acima.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços estão incluídos no montante divulgado no item 2.10 “(c).(ii)” acima.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia apresentou avanços significativos nos últimos anos em relação aos temas ASG.

A Companhia apresentou metas ambiciosas de curto e longo prazo para reduzir emissões de CO2 com o lançamento do “*Road Map Zero*”, projeto este de tornar a Companhia uma fornecedora neutra em carbono até 2040. Este plano de transição até a neutralidade está alinhado ao Acordo de Paris, que propõe um limite da temperatura global de até 1,5° C acima dos níveis pré-industriais.

Adicionalmente, através de seu processo de inovação e engenharia, a Companhia busca desenvolver novos materiais e processos de fabricação para seus clientes com o objetivo de redução de peso de seus produtos, contribuindo para redução de emissões da indústria automotiva.

2.10 Planos de negócios

A Companhia acredita que um ambiente diverso e inclusivo traz benefícios para a evolução da sociedade e da indústria automotiva. Com isso, lançou, em 2021, o programa *“Unique and United”* no qual acompanha metas de diversidade e inclusão.

Em 2022, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia integrou a carteira do índice de sustentabilidade empresarial – ISE da B3. No *Carbon Disclosure Project* - CDP, a Companhia teve uma melhoria em sua pontuação na categoria “mudanças climáticas” de B- para B, fator relevante na avaliação da carteira. Outro evento importante na agenda ASG foi a assinatura do Pacto Global da ONU no início de 2023.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 e revisada em 29 de maio de 2019. Esta política formalizada consolida políticas, normas, procedimentos e ações que já eram adotadas pela Companhia no desenvolvimento de trabalhos de Gestão de Riscos Corporativos dentro das diversas atividades operacionais, financeiras e estratégicas da Companhia.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece um conjunto de diretrizes e princípios e também a estrutura a serem considerados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia. Adicionalmente, define e formaliza as responsabilidades de cada órgão/departamento da Companhia envolvidos no processo e é aplicável a todos os níveis organizacionais da Companhia de forma direta ou indireta.

Busca-se prioritariamente o gerenciamento de riscos operacionais, financeiros, estratégicos e legais/*compliance*, cuja gestão é feita por meio de uma matriz de riscos compreendendo seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia, podendo-se elencar os seguintes itens: **(i) Operacionais:** **a.** Eventual falha no processo de qualidade da produção que pode levar a um "recall" que pode afetar as margens e a imagem da Companhia; **b.** Interrupção ou paralisação parcial do negócio resultantes de falhas ou vulnerabilidades no processo de Cyber Security decorrentes de eventos internos ou externos; **(ii) a.** Financeiros: Elevação dos custos financeiros que possa impactar o endividamento da Companhia; **(iii) Estratégicos:** **a.** Falta de adequação às reais demandas dos mercados e tecnologias disruptivas podem resultar em perdas financeiras e redução da eficiência e produtividade do negócio.; **b.** Cenário macroeconômico global incerto e volátil, com aumento e/ou permanência do alto quadro inflacionário global, manutenção de altas taxas de juros, desaceleração do mercado, condições desfavoráveis e desmobilizações nas cadeias produtivas, podendo impactar nos resultados e alcance dos objetivos; **(iv) Compliance:** **a.** Eventual não atendimento aos requerimentos legais de proteção de dados (ex: LGPD e GDPR).

Dentre as ações tomadas para cada risco previamente mencionado, a Companhia destaca o seguinte: **(i) a.** A Companhia dispõe de um sistema de qualidade em todas

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

suas unidades fabris, que proporcionam uma entrega de qualidade aos clientes; este item é monitorado e apresentado periodicamente à liderança da Companhia; **(i) b.** A Companhia possui encriptação dos computadores e utiliza ferramentas para assegurar a proteção dos sistemas e a continuidade dos negócios e para acompanhamento do ambiente de tecnologia. Além disso, possui seguro de cyber security, realiza testes de vulnerabilidade de forma periódica, possui políticas e treina os colaboradores sobre cyber security; **(ii) a.** A Companhia possui uma estratégia robusta de gestão financeira apresentada periodicamente a Diretoria, Comitê financeiro e Conselho de Administração, onde o mercado nacional e internacional são analisados em busca das melhores soluções para a gestão da dívida para o curto e longo prazo; **(iii) a.** Além da criação do Centro Avançado de Tecnologia em Berlim para monitoramento e desenvolvimento de novas tecnologias e o fortalecimento das áreas de Engenharia Avançada nas divisões, a Companhia efetua acompanhamentos de novas tendências junto aos principais *players* e empresas parceiras no mercado de atuação e de tecnologia, buscando estar envolvida na mudança tecnológica do setor e efetuando apresentações periódicas à Diretoria; **(iii) b.** A Companhia adotou medidas para minimização dos impactos através de: (a) plantas flexibilizadas para eventuais paradas e planos de ação preparados para minimizar ineficiências operacionais; (ii) rápida redução de compras de matéria-prima conforme informações sobre paradas; (iii) utilização de instrumentos como banco de horas, *short weeks*, férias, etc. para mitigar os custos laborais. Além disso, a Companhia possui flexibilidade para aumentar volumes de produção em segmentos com elevada demanda; **(iv) a.** A Companhia possui uma equipe de projeto global juntamente com o apoio de escritório externo que está dedicada ao tema nas unidades aplicáveis à legislação e efetua monitoramento de novas legislações/exigências em outras unidades do grupo. A equipe tem atuado e está trabalhando no mapeamento de processos, criação de políticas e revisão das atividades que tratam de dados pessoais (escopo da lei). A equipe efetua apresentações sobre o andamento do projeto e demais necessidades à Diretoria da Companhia, de acordo com a demanda.

Esta matriz de riscos é submetida para apreciação e validação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração duas vezes ao ano, após a revisão da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos ou, a qualquer momento, considerando eventuais alterações significativas nos riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia abrange todos os níveis da Companhia, principalmente o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria, o Comitê de Gestão de Riscos, os demais gestores e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes de risco para a Companhia, aprova as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, supervisiona, com o suporte do Comitê de Auditoria Estatutário, a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia de forma a mantê-la compatível com as estratégias de negócios, analisa e delibera sobre a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos e delibera sobre as propostas da Diretoria para a solução, mitigação ou aceitação de riscos.

O Comitê de Auditoria Estatutário monitora as diretrizes de risco estabelecidas para a Companhia, revisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, assessora o Conselho de Administração no monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia, analisa a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos, e revisa as informações apresentadas ao mercado relacionadas aos riscos da Companhia, assim como à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, executa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, elabora a matriz de riscos com o auxílio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance*, propõe ao Conselho de Administração medidas para solução, mitigação ou aceitação dos riscos, monitora a implementação dos planos de ação estabelecidos com base na matriz de riscos e prepara, com o apoio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance*, as informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

O Comitê de Gestão de Riscos atua e interage com a gestão, a Auditoria Interna e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração, analisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, assessora a Diretoria e, quando solicitado, o Comitê de Auditoria Estatutário, na identificação de riscos, propostas de medidas para solucionar, mitigar ou aceitar os riscos e monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia. Revisa periodicamente a matriz de riscos e os respectivos planos de ação existentes para o monitoramento da mitigação destes riscos, aprova a metodologia a ser utilizada na condução do processo de gerenciamento de riscos corporativos, aprova a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

Os gestores são responsáveis por assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementando ações preventivas e corretivas para os riscos identificados, identificar e comunicar à Diretoria e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos os riscos a que a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia esteja sujeita, manter um ambiente de controles internos e de *compliance* efetivo e desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação, de forma consistente, do processo de gerenciamento de riscos na Companhia.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* monitora o processo de gerenciamento de riscos da Companhia sob a coordenação da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos, elabora e assegura o cumprimento das políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, auxilia a Diretoria na elaboração e revisão da matriz de riscos, avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos, fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria e ao Comitê de Gestão de Riscos análises e avaliações sobre o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, elabora a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos, apoia a Diretoria na elaboração das informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, às suas atividades e aos resultados apurados e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

A estrutura hierárquica entre esses órgãos se detalha a seguir: (i) no nível mais alto está o Conselho de Administração; (ii) abaixo do Conselho de Administração está o Comitê de Auditoria Estatutário e, (iii) sob o Comitê de Auditoria Estatutário se encontra a Auditoria Interna. Cabe ressaltar que a Auditoria Interna reporta administrativamente ao Diretor Presidente da Companhia. Para melhor visualização, vide item 5.3c) do Formulário de Referência. O Comitê de Gestão de Riscos reporta à Diretoria.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura de Governança, Riscos e *Compliance* para a verificação da efetividade das diretrizes quanto ao gerenciamento de riscos é eficiente e adequada, estando em linha com as práticas de mercado. Fornece avaliações independentes, imparciais e tempestivas por meio de metodologia corporativa pautada em visão integrada e sistêmica.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia busca constantemente garantir a melhoria do seu ambiente de controles internos, bem como a análise contínua dos riscos que possam afetar seus negócios, situação financeira e o resultado de suas operações.

A Diretoria da Companhia, responsável pela gestão, tem trabalhado em conjunto com as áreas operacionais e efetuado o monitoramento, o reporte e a correção de eventuais imperfeições, sejam elas decorrentes de descumprimento de regulamentação interna ou externa.

A Companhia possui um departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia, através de auditorias independentes periódicas sobre a eficácia e eficiência dos controles internos. Visando a melhoria da avaliação dos controles internos automáticos, em 2015, a Auditoria Interna passou a incorporar auditorias de sistemas de informação e, em 2018, iniciou o trabalho de auditoria contínua por meio de monitoramento automatizado de transações nos sistemas de gestão das unidades.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* além de auxiliar no mapeamento dos processos, identificação de riscos e controles, desenvolvimento, implementação e monitoramento dos planos de ação caso sejam necessários, é também responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o programa de Conformidade (*Compliance*). Uma das responsabilidades do departamento de Governança, Riscos e *Compliance* é trabalhar com melhorias de processo, visando identificar oportunidades de melhoria e auxiliando todas as áreas da Companhia otimizarem suas atividades.

A Companhia possui políticas e procedimentos corporativos formalizados. Por meio dessas políticas e procedimentos corporativos, a Diretoria viabiliza e divulga os processos, propósitos, princípios e valores da Companhia.

Para assegurar que a Companhia esteja em total conformidade com as leis, regulamentos e normas externas e internas, bem como promover as melhores práticas e princípios éticos, a Companhia, dentre outros mecanismos, conta com:

- a) Código de ética
- b) Canal de denúncias
- c) Política de negociação de ações e divulgação de informações

5.2 Descrição dos controles internos

- d) Política de ética e anticorrupção que trata sobre contribuições e doações, além de temas relacionados a prevenção e detecção de atos de natureza ilícita
- e) Política de Gestão de Riscos Corporativos

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de controles internos eficaz, e todas as ações relacionadas a controles internos estão fundamentadas no uso de critérios éticos refletidos no código de conduta da organização.

Estrutura organizacional envolvida:

- a) Conselho de Administração: O Conselho de Administração estabelece as diretrizes das políticas e procedimentos corporativos.
- b) Diretoria (responsável pela gestão): A Diretoria é responsável pela implementação das políticas e procedimentos corporativos. A Diretoria opera com um sistema de controles internos com o auxílio do Comitê de Auditoria Estatutário e da Auditoria Interna para avaliar periodicamente a eficácia desse sistema de controles internos, bem como prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.
- c) Órgãos de fiscalização e controle

Comitê de Auditoria Estatutário: O Comitê de Auditoria Estatutário realiza supervisão dos trabalhos da Auditoria Interna e interage com a Auditoria Externa contribuindo para assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações financeiras divulgadas ao mercado.

Auditoria Interna: A Auditoria Interna, que possui Estatuto aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia em 31/05/2017, tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações sobre os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pela direção. A auditoria Interna realiza periodicamente auditorias independentes sobre a eficácia e eficiência dos controles. Adicionalmente, o orçamento da área de Auditoria Interna foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, conforme relatório resumido divulgado nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2022.

Governança, Riscos e Compliance (GRC): O Departamento de GRC auxilia a Companhia no mapeamento de processos, identificação de riscos e controles, bem como no desenvolvimento, implementação e monitoramento

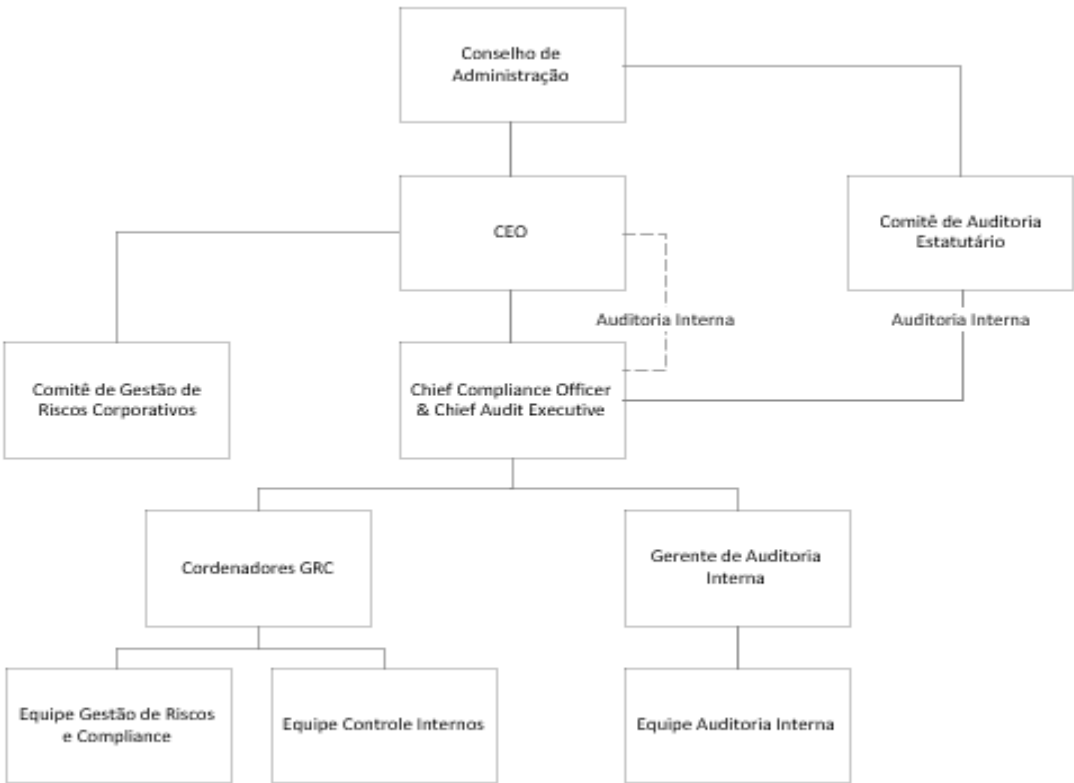
5.2 Descrição dos controles internos

de planos de ação caso sejam necessários e é responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o tema de Conformidade (*Compliance*). Atua principalmente como uma gestão de apoio na avaliação interna de riscos e controles internos, incluindo informação, comunicação e monitoramento; trabalha em conjunto com a gestão da Companhia a fim de desafiar e melhorar os processos e controles; mantém um relacionamento com os auditores interno e externo e apoia as suas atividades; verifica o cumprimento das políticas, diretrizes e procedimentos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado nos itens 5.2a) e 5.2b), a Diretoria (gestão das áreas) é responsável pela gestão e acompanhamento da eficiência dos controles internos e o Comitê de Auditoria Estatutário monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e políticas e procedimentos da Companhia.

As estruturas e cargos abaixo são envolvidos na execução, gerenciamento e monitoramento dos controles internos:



5.2 Descrição dos controles internos

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

As deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório em relação à Companhia pela auditoria independente são emitidas através da Carta de Controles Internos referente ao exercício. A carta emitida não possui recomendações e deficiências aplicáveis a este item.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

As deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório em relação à Companhia pela auditoria independente são emitidas através da Carta de Controles Internos referente ao exercício. A carta emitida não possui recomendações e deficiências aplicáveis a este item.

5.3 Programa de integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui políticas e procedimentos que tratam do relacionamento com órgãos públicos, incluindo legislações locais e internacionais onde a Companhia possui operações, e que detalham a conduta esperada dos profissionais junto a oficiais governamentais sempre mencionando a relevância de cumprimento às legislações vigentes e que se aplicam a toda a Companhia. Esses documentos são revisados periodicamente de maneira a refletir as melhores práticas e as atualizações as legislações onde a Companhia possui negócios.

Conforme as práticas da Companhia e o disposto no item 5.1b), os seus principais riscos são avaliados duas vezes ao ano, de acordo com sua matriz de riscos. A partir desta análise, suas políticas e práticas são atualizadas, conforme necessidade. Cumpre informar que, por não ser concessionária de serviços públicos e/ou não comercializar diretamente com agentes públicos, a Companhia entende que esta periodicidade é adequada.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia possui um Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia incluindo as políticas e procedimentos sobre o relacionamento com órgãos governamentais. Esse monitoramento e avaliações são realizados através de auditorias independentes periódicas que consideram a eficácia e eficiência dos controles internos e aderência dos processos às políticas e procedimentos vigentes.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

5.3 Programa de integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um novo Código de Conduta revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 25 de agosto de 2021 e que é aplicável a todos os profissionais, diretores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), Conselho de Administração. A Companhia também encoraja o uso do Código por todos os membros da cadeia de suprimentos e relacionamento que incluem, mas não se limitam a, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, clientes, entre outros.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Eventuais sanções em caso de descumprimento ao Código de Conduta ou a outras normas da Companhia são previstas em políticas e procedimentos internos e são consideradas após as devidas análises e deliberações junto aos órgãos de Governança Corporativa da Companhia, podendo, em seu caso mais extremo, culminar no desligamento do profissional ou encerramento de relacionamento comercial em caso de parceiro externo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 25 de agosto de 2021, estando disponível para consulta pública pelo website da Companhia:

<https://www.iochpe.com.br/show.aspx?idCanal=nZlh5DZQAxXMMMyGDunjtgr==>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias ativo que é denominado internamente de “Canal de Manifestação”, administrado internamente, podendo ser acessado por meio telefônico, website ou e-mail independentemente da localidade geográfica ou posição hierárquica do denunciante.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

5.3 Programa de integridade

O canal de denúncias é aberto e pode ser acessado por seus meios de contato por qualquer diretor, profissional, cliente, fornecedor ou demais pessoas que possuam ou não relacionamento com a Companhia e que desejam relatar algum fato à Administração.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia possui em política detalhada o compromisso de não retaliação a profissionais que honestamente efetuaram reporte sobre alguma suspeita de ato que viole o código de conduta ou qualquer outra regulamentação aplicável a Companhia.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias efetuadas pelo canal são recebidas pelo responsável pelo Departamento de Auditoria Interna e pelo Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário que efetuam o endereçamento e eventuais ações que se fizerem necessárias de acordo com o tema da denúncia.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não se aplica face ao disposto no item “a” acima.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica face ao disposto no item “a” acima.

5.4 Alterações significativas

A Companhia informa que, em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na sua política de gerenciamento de riscos adotada.

A incerteza em relação ao atual ambiente político e econômico nos mercados em que a Companhia atua pode alterar de forma significativa os riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.